



Conferência Interparlamentar sobre o Sahara Ocidental 2024
Conferencia Interparlamentaria sobre el Sáhara Occidental 2024
Interparliamentary Conference on Western Sahara 2024
Conférence Interparlementaire sur le Sahara Occidental 2024

DECLARAÇÃO FINAL

Deputadas e deputados reunidos na Assembleia da República portuguesa, em Lisboa, a 28 de novembro de 2024, em antecipação da 48ª edição da EUCOCO a ter lugar nesta cidade:

- reiteramos o apoio claro e determinado ao direito à autodeterminação do povo saharauí;
- expressamos os nossos votos de bons trabalhos à 48ª Conferência Europeia de Apoio e Solidariedade com o Povo Saharauí (EUCOCO);
- reconhecemos e apoiamos a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que, em outubro passado e na linha de decisões judiciais anteriores, considerou que os acordos de pesca e agrícolas assinados entre a União Europeia e Marrocos estão em violação da autodeterminação do Sahara Ocidental e que devem ser anulados;
- nos 50 anos da democracia portuguesa e a um ano de se assinalarem os 50 anos da invasão e ocupação do Sahara Ocidental, reafirmamos o anseio que se cumpra finalmente o definido pelas Nações Unidas para o território saharauí, dando a voz aos seus cidadãos e cidadãs para, através de um referendo, definirem livremente o seu futuro;
- sublinhamos a nossa preocupação pelo deteriorar das condições da população saharauí no que ao respeito dos Direitos Humanos diz respeito, instando o governo marroquino a autorizar a entrada no território de organizações de defesa dos Direitos Humanos, bem como observadores internacionais independentes. No mesmo sentido, instamos as Nações Unidas a incluir a monitorização, a defesa e o respeito dos Direitos Humanos nas competências e funções da MINURSO - Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental;
- notamos com preocupação o evoluir da situação política a nível internacional. Desde logo as decisões no passado recente por parte de países como França e Espanha em favor do dito “plano de autonomia” para o Sahara Ocidental proposto pelo governo de Marrocos, como também pelas recentes vitórias de líderes autoritários e favoráveis a este plano, nomeadamente Donald Trump nos Estados Unidos da América;

- instamos o governo português a assumir uma posição clara de apoio ao referendo de autodeterminação do Sahara Ocidental, mostrando a mesma determinação que, justamente, Portugal demonstrou na defesa da autodeterminação de Timor-Leste;
- por fim, apelamos às deputadas e deputados de todos os países a que, nos 50 anos da ocupação pela força do Sahara Ocidental que serão assinalados em 2025, avancem com propostas nos seus parlamentos em defesa do respeito pelos Direitos Humanos no Sahara Ocidental, e em apoio ao direito à autodeterminação do povo saharai.

Lisboa, 28 de novembro de 2024